



CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL

Entre as Convenções específicas do Sistema Global, destaca-se a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, a qual analisamos de forma esquematizada e sistematizada.

Ressalte-se esse material é **instrumento auxiliar** de estudos para os nossos cursos de Direitos Humanos, que podem ser encontrados no link abaixo:



CURSOS DE DIREITOS HUMANOS

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/cursosPorMateria/direitos-humanos-64/>

Quem quiser nos acompanhar nas redes sociais, será muito bem-vindo. Com frequência disponibilizamos informações relativas a concursos, provas comentadas, sugestões de recurso etc.



FACEBOOK

<https://www.facebook.com/direitoshumanosparaconcursos>



PERISCOPE

[@rstorques](https://www.periscope.tv/@rstorques)



YOUTUBE

<https://www.youtube.com/c/RicardoStrapassonTorques>



E-MAIL

rst.estrategia@gmail.com

Bons estudos a todos!

Prof. Ricardo Torques

Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial

Preâmbulo

É nítido do preâmbulo da Convenção a preocupação da comunidade internacional quanto à questão da discriminação. Destaca-se, em síntese, o **princípio da igualdade em sentido material**, o qual representa o grande fundamento contra toda e qualquer forma de discriminação racial.

Leiamos o que consta do preâmbulo:

Os Estados Partes na presente Convenção,

Considerando que a Carta das Nações Unidas baseia-se em princípios de dignidade e igualdade inerentes a todos os seres humanos, e que todos os Estados Membros comprometeram-se a tomar medidas separadas e conjuntas, em cooperação com a Organização, para a consecução de um dos propósitos das Nações Unidas que é promover e encorajar o respeito universal e observância dos direitos humanos e liberdades fundamentais para todos, sem discriminação de raça, sexo, idioma ou religião.

Considerando que a Declaração Universal dos Direitos do Homem proclama que todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos e que todo homem tem todos os direitos estabelecidos na mesma, sem distinção de qualquer espécie e principalmente de raça, cor ou origem nacional,

Considerando todos os homens são iguais perante a lei e têm o direito à igual proteção contra qualquer discriminação e contra qualquer incitamento à discriminação,

Considerando que as Nações Unidas têm condenado o colonialismo e todas as práticas de segregação e discriminação a ele associados, em qualquer forma e onde quer que existam, e que a Declaração sobre a Concepção de Independência, a Partes e Povos Coloniais, de 14 de dezembro de 1960 (Resolução 1.514 (XV), da Assembleia Geral afirmou e proclamou solenemente a necessidade de levá-las a um fim rápido e incondicional,

*Considerando que a Declaração das Nações Unidas sobre eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, de 20 de novembro de 1963, (Resolução 1.904 (XVIII) da Assembleia-Geral), afirma solenemente a **necessidade de eliminar rapidamente a discriminação racial através do mundo em todas as suas formas e manifestações** e de **assegurar a compreensão e o respeito à dignidade da pessoa humana,***

*Convencidos de que **qualquer doutrina de superioridade baseada em diferenças raciais é cientificamente falsa, moralmente condenável, socialmente injusta e perigosa,** em que, não existe justificação para a discriminação racial, em teoria ou na prática, em lugar algum,*

*Reafirmando que **a discriminação entre os homens por motivos de raça, cor ou origem étnica é um obstáculo a relações amistosas e pacíficas entre as nações e é capaz de perturbar a paz e a segurança entre povos e a harmonia de pessoas** vivendo lado a lado até dentro de um mesmo Estado,*

Convencidos que a existência de barreiras raciais repugna os ideais de qualquer sociedade humana,

Alarmados por manifestações de discriminação racial ainda em evidência em algumas áreas do mundo e por políticas governamentais baseadas em superioridade racial ou ódio, como as políticas de apartheid, segregação ou separação,

Resolvidos a adotar todas as medidas necessárias para eliminar rapidamente a discriminação racial em, todas as suas formas e manifestações, e a prevenir e combater doutrinas e práticas raciais com o objetivo de promover o entendimento entre as raças e

construir uma comunidade internacional livre de todas as formas de separação racial e discriminação racial,

Levando em conta a Convenção sobre Discriminação nos Emprego e Ocupação adotada pela Organização Internacional do Trabalho em 1958, e a Convenção contra discriminação no Ensino adotada pela Organização das Nações Unidas para Educação a Ciência em 1960,

Desejosos de completar os princípios estabelecidos na Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação racial e assegurar o mais cedo possível a adoção de medidas práticas para esse fim,

Acordaram no seguinte:

Parte I

Já no art. 1º a Convenção tratou de conceituar "discriminação racial". Dada a importância, nós trouxemos o conceito, no início do estudo da Convenção. Aqui, portanto, vamos retomar a ideia geral do conceito: **DISTINÇÃO ENTRE ETNIAS QUE VIOLE O PRINCÍPIO DA IGUALDADE.**

Artigo I

1. Nesta Convenção, a expressão "**discriminação racial**" significará **qualquer distinção, exclusão restrição ou preferência baseadas em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tem por objetivo ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício num mesmo plano, (em igualdade de condição), de direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político econômico, social, cultural ou em qualquer outro domínio de vida pública.**

2. Esta Convenção **NÃO SE APLICARÁ** às **distinções, exclusões, restrições e preferências** feitas por um Estado-parte nesta Convenção **entre cidadãos e não cidadãos.**

3. **NADA** nesta Convenção poderá ser **interpretado como afetando as disposições legais** dos Estados Partes, **relativas a nacionalidade, cidadania e naturalização, DESDE QUE** tais disposições não discriminem contra qualquer nacionalidade particular.

4. **NÃO serão consideradas discriminação racial** as medidas especiais tomadas com o único objetivo de assegurar progresso adequado de certos grupos raciais ou étnicos ou de indivíduos que necessitem da proteção que possa ser necessária para proporcionar a tais grupos ou indivíduos igual gozo ou exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais, contando que, tais medidas não conduzam, em consequência, à manutenção de direitos separados para diferentes grupos raciais e não prossigam após terem sido alcançados os seus objetivos.



Em três hipóteses, segundo a Convenção, **não** será considerado como discriminação:

- ⇒ eventuais distinções, exclusões, restrições e preferências estabelecidas pelo Estado entre cidadão e não-cidadãos;
- ⇒ disposições legais gerais dos Estados que disciplinem a nacionalidade, cidadania e naturalização (não podem se referir a determinada etnia em específico); e
- ⇒ ações afirmativas estatais que objetivem proteção especial a indivíduos e grupos vulneráveis.

O art. 2º impõe ao Estado uma atuação ostensiva no combate a qualquer forma discriminatória. Num primeiro momento, exige-se do Estado não haja de forma discriminatória. Ademais, não poderá o Estado adotar práticas que encorajem ou incitem práticas discriminatórias pelo seu povo. Já em relação ao seu povo, exige a Convenção que o Estado adote medidas eficazes para anular ou, ao menos, reduzir eventuais discriminações, inclusive com a edição de leis proibitórias. Destaca-se, ainda, a possibilidade de o Estado instituir favorecimentos e prerrogativas às organizações e movimentos multirraciais visando eliminar eventuais barreiras raciais presentes na sociedade.

Enfim, extraímos do dispositivo abaixo citado diversas formas institucionalizadas para reduzir a discriminação racial na sociedade. Vejamos o dispositivo:

Artigo II

1. Os Estados Partes condenam a discriminação racial e **comprometem-se a adotar**, por todos os meios apropriados e **SEM TARDAR** uma política de eliminação da discriminação racial em todas as suas formas e de promoção de entendimento entre todas as raças e para esse fim:

a) Cada Estado parte compromete-se a efetuar nenhum ato ou prática de discriminação racial contra pessoas, grupos de pessoas ou instituições e fazer com que todas as autoridades públicas nacionais ou locais, se conformem com esta obrigação;

b) Cada Estado Parte compromete-se a não encorajar, defender ou apoiar a discriminação racial praticada por uma pessoa ou uma organização qualquer;

c) Cada Estado Parte deverá tomar as medidas eficazes, a fim de rever as políticas governamentais nacionais e locais e para modificar, ab-rogar ou anular qualquer disposição regulamentar que tenha como objetivo criar a discriminação ou perpetrá-la onde já existir;

d) Cada Estado Parte deverá, por todos os meios apropriados, inclusive se as circunstâncias o exigirem, adotar as medidas legislativas, proibir e por fim, a discriminação racial praticadas por pessoa, por grupo ou das organizações;

e) Cada Estado Parte compromete-se a favorecer, quando for o caso as organizações e movimentos multirraciais e outros meios próprios a eliminar as barreiras entre as raças e a desencorajar o que tende a fortalecer a divisão racial.

2) Os Estados Partes **tomarão**, se as circunstâncias o exigirem, nos campos social, econômico, cultural e outros, as medidas especiais e concretas para assegurar como convier o desenvolvimento ou a proteção de certos grupos raciais ou de indivíduos pertencentes a estes grupos com o objetivo de garantir-lhes, em condições de igualdade, o pleno exercício dos direitos do homem e das liberdades fundamentais. Essas medidas não deverão, em caso algum, ter a finalidade de manter direitos grupos raciais, depois de alcançados os objetivos em razão dos quais foram tomadas.

Vejamos, em seguida os arts. 3º e 4º da Convenção:

Artigo III

Os Estados Partes especialmente condenam a segregação racial e o apartheid e comprometem-se a proibir e a eliminar nos territórios sob sua jurisdição todas as práticas dessa natureza.

Artigo IV

Os Estados partes **condenam toda propaganda e todas as organizações que se inspirem em ideias ou teorias baseadas na superioridade de uma raça ou de um grupo de pessoas** de uma certa cor ou de uma certa origem étnica ou que pretendem justificar ou encorajar qualquer forma de ódio e de discriminação raciais e comprometem-se a **adotar imediatamente MEDIDAS POSITIVAS destinadas a eliminar qualquer**

incitação a uma tal discriminação, ou quaisquer atos de discriminação com este objetivo tendo em vista os princípios formulados na Declaração universal dos direitos do homem e os direitos expressamente enunciados no artigo 5 da presente convenção, eles se comprometem principalmente:

a) a declarar **delitos** puníveis por lei, qualquer **difusão de ideias baseadas na superioridade ou ódio raciais, qualquer incitamento à discriminação racial, assim como quaisquer atos de violência ou provocação a tais atos, dirigidos contra qualquer raça ou qualquer grupo** de pessoas de outra cor ou de outra origem étnica, como também qualquer **assistência prestada a atividades racistas, inclusive seu financiamento;**

b) a declarar ilegais e a proibir as organizações assim como as atividades de propaganda organizada e qualquer outro tipo de atividade de propaganda que incitar a discriminação racial e que a encorajar e a declara delito punível por lei a participação nestas organizações ou nestas atividades.

c) a não permitir as autoridades públicas nem às instituições públicas nacionais ou locais, o incitamento ou encorajamento à discriminação racial.



O caput do artigo acima consubstancia o que se conhece por **ações afirmativas**.

Segundo a Convenção, devem ser considerados **ilícitos penais** as seguintes condutas:

- ⇒ difundir ideias baseadas na superioridade ou ódio raciais, incitando a discriminação racial;
- ⇒ praticar atos de violência contra qualquer etnia ou grupo de pessoas; e
- ⇒ prestar assistência ou prover financeiramente atividades racistas.

O art. 5º, por sua vez, arrola inúmeros direitos que devem ser assegurados a todas as pessoas independentemente da origem étnica. Não é necessário decorá-los. Basta uma leitura atenta ao rol para a nossa prova.

Artigo V

De conformidade com as obrigações fundamentais enunciadas no artigo 2, os Estados Partes **comprometem-se a proibir e a eliminar a discriminação racial em todas suas formas e a garantir o direito de cada uma à igualdade perante a lei sem distinção de raça, de cor ou de origem nacional ou étnica, principalmente no gozo dos seguintes direitos:**

a) direito a um **tratamento igual perante os tribunais** ou qualquer outro órgão que administre justiça;

b) **direito a segurança** da pessoa ou **à proteção do Estado contra violência ou lesão corporal** cometida que por funcionários de Governo, quer por qualquer indivíduo, grupo ou instituição.

c) **direitos políticos** principalmente direito de participar às eleições - de votar e ser votado - conforme o sistema de sufrágio universal e igual **direito de tomar parte no Governo**, assim como na direção dos assuntos públicos, em qualquer grau e o direito de **acesso em igualdade de condições, às funções públicas**.

d) Outros **direitos civis**, principalmente,

i) direito de circular livremente e de escolher residência dentro das fronteiras do Estado;

ii) direito de deixar qualquer país, inclusive o seu, e de voltar a seu país;

iii) direito de uma nacionalidade;

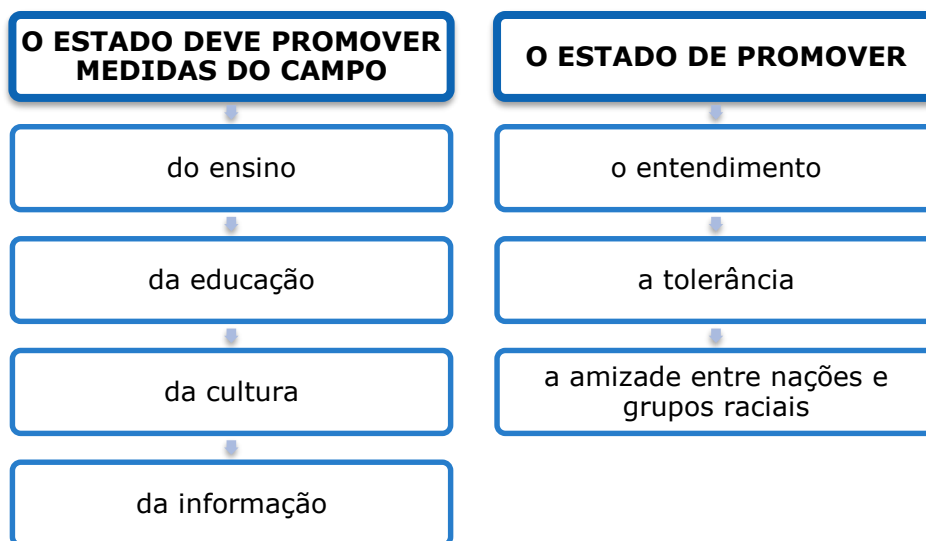
- iv) direito de casar-se e escolher o cônjuge;
- v) direito de qualquer pessoa, tanto individualmente como em conjunto, à propriedade;
- vi) direito de herdar;
- vii) direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião;
- viii) direito à liberdade de opinião e de expressão;
- ix) direito à liberdade de reunião e de associação pacífica;
- e) **direitos econômicos, sociais e culturais, principalmente:**
 - i) direitos ao trabalho, a livre escolha de seu trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho à proteção contra o desemprego, a um salário igual para um trabalho igual, a uma remuneração equitativa e satisfatória;
 - ii) direito de fundar sindicatos e a eles se filiar;
 - iii) direito à habitação;
 - iv) direito à saúde pública, a tratamento médico, à previdência social e aos serviços sociais;
 - v) direito a educação e à formação profissional;
 - vi) direito a igual participação das atividades culturais;
- f) **direito de acesso a todos os lugares e serviços** destinados ao uso do público, tais como, meios de transporte hotéis, restaurantes, cafés, espetáculos e parques.

Novamente, denota-se a preocupação da comunidade internacional quanto ao dever de agir do Estado. No art. 6º há expressa menção ao Estado para que assegure **meios judiciais efetivos** para a garantia dos direitos acima arrolados.

Artigo VI

Os Estados Partes assegurarão a qualquer pessoa que estiver sob sua jurisdição, **proteção e recursos efetivos perante os tribunais nacionais** e outros órgãos do Estado competentes, contra quaisquer atos de discriminação racial que, contrariamente à presente Convenção, violarem seus direitos individuais e suas liberdades fundamentais, assim como o direito de pedir a esses tribunais uma satisfação ou repartição justa e adequada por qualquer dano de que foi vítima em decorrência de tal discriminação.

Quanto ao art. 7º, destaca:



Vejamos, por fim o dispositivo:

Artigo VII

Os Estados Partes comprometem-se a **tomar as medidas imediatas e eficazes**, principalmente no campo de ensino, educação, da cultura e da informação, para lutar **contra os preconceitos que levem à discriminação racial** e para promover o entendimento, a tolerância e a amizade entre nações e grupos raciais e étnicos assim como para propagar ao objetivo e princípios da Carta das Nações Unidas da Declaração Universal dos Direitos do Homem, da Declaração das Nações Unidas sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial e da presente Convenção.

Parte II

O art. 8º trata da criação do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial, assim disciplinado:

Artigo VIII

1. Será estabelecido um **Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial** (doravante denominado "o Comitê") composto de **18 PERITOS** conhecidos para sua alta moralidade e conhecida imparcialidade, que serão **eleitos pelos Estados Membros** dentre seus nacionais e que **atuarão a título individual**, levando-se em conta uma repartição geográfica equitativa e a representação das formas diversas de civilização assim como dos principais sistemas jurídicos.

2. Os Membros do Comitê serão **eleitos em escrutínio secreto** de uma lista de candidatos designados pelos Estados Partes, Cada Estado Parte poderá designar um candidato escolhido dentre seus nacionais.

3. A primeira eleição será realizada seis meses após a data da entrada em vigor da presente Convenção. Três meses pelo menos antes de cada eleição, o Secretário Geral das Nações Unidas enviará uma Carta aos Estados Partes para convidá-los a apresentar suas candidaturas no prazo de dois meses. O Secretário Geral elaborará uma lista por ordem alfabética, de todos os candidatos assim nomeados com indicação dos Estados partes que os nomearam, e a comunicará aos Estados Partes.

4. Os **membros do Comitê serão eleitos** durante uma reunião dos Estados Partes convocada pelo Secretário Geral das Nações Unidas. Nessa reunião, em que o quórum será alcançado **com dois terços dos Estados Partes**, serão eleitos membros do Comitê, **os candidatos que obtiverem o maior número de votos e a maioria absoluta de votos dos representantes dos Estados Partes presentes e votantes**.

5. a) Os membros do Comitê serão eleitos por um **período de QUATRO ANOS**. Entretanto, o mandato de nove dos membros eleitos na primeira eleição, expirará ao fim de dois anos; logo após a primeira eleição os nomes desses nove membros serão escolhidos, por sorteio, pelo Presidente do Comitê.

b) Para preencher as vagas fortuitas, o Estado Parte, cujo perito deixou de exercer suas funções de membro do Comitê, nomeará outro perito dentre seus nacionais, sob reserva da aprovação do Comitê.

6. Os **Estados Partes serão responsáveis pelas despesas dos membros do Comitê** para o período em que estes desempenharem funções no Comitê.



Sobre o Comitê:

- 18 membros (denominados de peritos), escolhidos pelos Estados-parte, que atuarão a título individual (ou seja, não representam o Estado da nacionalidade);

- eleitos pelo voto da maioria absoluta dos presentes, com quórum de instalação de 2/3 dos Estados-parte, para um período de 4 anos.
- os Estados-parte são responsáveis pela despesa com manutenção dos membros.

O Comitê será responsável por analisar os relatórios acerca das medidas que foram adotadas para efetivar os direitos defendidos na Convenção.

Esses relatórios devem ser enviados a cada 2 anos e sempre que solicitados pelo Comitê que, poderá, após o recebimento do documento, solicitar complementação das informações.

De posse dos relatórios, o Comitê os analisará e, anualmente, redigirá um relatório próprio que será submetido à Assembleia Geral da ONU.

Artigo IX

1. Os Estados Partes comprometem-se a apresentar ao Secretário Geral para exame do Comitê, um **relatório** sobre as medidas legislativas, judiciárias, administrativas ou outras que tomarem para tornarem efetivas as disposições da presente Convenção:

a) dentro do prazo de um ano a partir da entrada em vigor da Convenção, para cada Estado interessado no que lhe diz respeito, e posteriormente, **a cada DOIS ANOS**, e toda vez que o Comitê o solicitar. O Comitê poderá solicitar informações complementares aos Estados Partes.

2. O **Comitê submeterá ANUALMENTE à Assembleia Geral, um relatório sobre suas atividades e poderá fazer sugestões e recomendações** de ordem geral baseadas no exame dos relatórios e das informações recebidas dos Estados Partes. Levará estas sugestões e recomendações de ordem geral ao conhecimento da Assembleia Geral, e se as houver juntamente com as observações dos Estados Partes.

Quanto à organização e estruturação interna o art. 10 prevê algumas regras específicas. Vejamos:

Artigo X

1. O Comitê adotará seu regulamento interno.

2. O Comitê elegerá sua mesa por um período de dois anos.

3. O Secretário Geral da Organização das Nações Unidas fornecerá os serviços de Secretaria ao Comitê.

4. O Comitê reunir-se-á normalmente na Sede das Nações Unidas.

No art. 11 da Convenção há a disciplina das comunicações interestatais. Deste modo, se um estado entender que o outro não está cumprindo as disposições da Convenção. Vejamos o que dispõe o art. 11:

Artigo XI

1. Se **um Estado Parte Julgar que outro Estado igualmente Parte não aplica as disposições da presente Convenção poderá chamar a atenção do Comitê sobre a questão**. O Comitê transmitirá, então, a comunicação ao Estado Parte interessado. Num **prazo de TRÊS MESES**, o Estado destinatário submeterá ao Comitê as explicações ou declarações por escrito, a fim de esclarecer a questão e indicar as medidas corretivas que por acaso tenham sido tomadas pelo referido Estado.

2. Se, dentro de **um prazo de SEIS MESES** a partir da data do recebimento da comunicação original pelo Estado destinatário a **questão não foi resolvida** a contento dos dois Estados, por meio de negociações bilaterais ou por qualquer outro processo que estiver

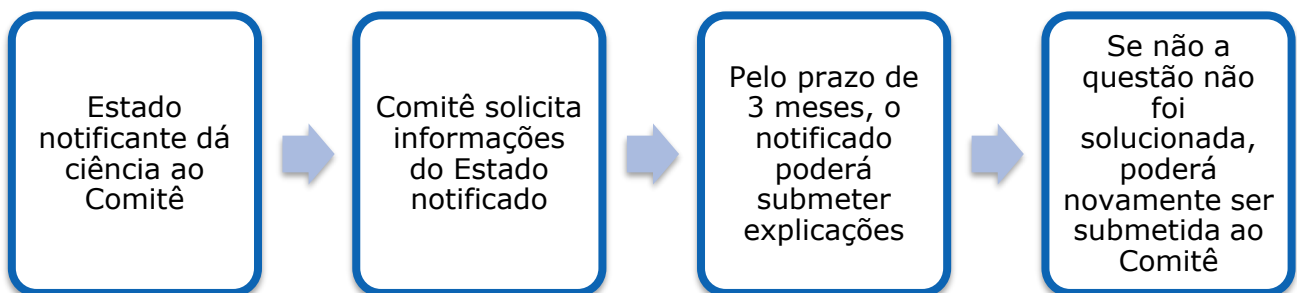
a sua disposição, tanto um como o outro terão o **direito de submetê-la novamente ao Comitê**, endereçando uma notificação ao Comitê assim como ao outro Estado interessado.

3. **O Comitê só poderá tomar conhecimento de uma questão**, de acordo com o parágrafo 2 do presente artigo, após ter constatado que todos os **recursos internos disponíveis foram interpostos ou esgotados**, de conformidade com os princípios do direito internacional geralmente reconhecidos. Esta regra NÃO se aplicará se os procedimentos de recurso excederem prazos razoáveis.

4. Em qualquer questão que lhe for submetida, Comitê poderá solicitar aos Estados-Partes presentes que lhe forneçam quaisquer informações complementares pertinentes.

5. Quando o Comitê examinar uma questão conforme o presente Artigo os **Estados Partes** interessados terão o **direito de nomear um representante** que participará SEM direito de voto dos trabalhos no Comitê durante todos os debates.

Mecanismos de Implementação: **COMUNICAÇÕES INTERESTATAIS:**



Como vimos a comunicação interestatal é intermediada pelo Comitê, que poderá constituir uma Comissão de Conciliação que terá como objetivo resolver a questão discutida de forma amigável. Não há necessidade de maior aprofundamento quanto a este aspecto. Vejamos, tão somente, os dispositivos relativos ao assunto.

Artigo XII

1. a) Depois que o Comitê obtiver e consultar as informações que julgar necessárias, **o Presidente nomeará uma Comissão de Conciliação ad hoc** (doravante denominada "A Comissão", composta de **5 PESSOAS** que poderão ser ou não membros do Comitê. Os membros serão nomeados com o consentimento pleno e unânime das partes na controvérsia e a Comissão fará seus bons ofícios a disposição dos Estados presentes, com o **objetivo de chegar a uma solução AMIGÁVEL da questão**, baseada no respeito à presente Convenção.

b) Se os Estados Partes na controvérsia **não chegarem a um entendimento** em relação a toda ou parte da composição da Comissão **num prazo de TRÊS MESES** os membros da Comissão que não tiverem o assentimento dos Estados Partes, na controvérsia serão eleitos por escrutínio secreto entre os membros de dois terços dos membros do Comitê.

2. Os **membros da Comissão atuarão a título individual. NÃO deverão ser nacionais de um dos Estados Partes na controvérsia** nem de um Estado que não seja parte da presente Convenção.

3. A **Comissão elegerá seu Presidente** e adotará seu **regimento interno**.

4. A Comissão reunir-se-á normalmente na sede nas Nações Unidas em qualquer outro lugar apropriado que a Comissão determinar.

5. O Secretariado previsto no parágrafo 3 do artigo 10 prestará igualmente seus serviços à Comissão cada vez que uma controvérsia entre os Estados Partes provocar sua formação.

6. Todas as **despesas dos membros da Comissão serão divididos igualmente entre os Estados Partes na controvérsia** baseadas num cálculo estimativo feito pelo Secretário-Geral.

7. O Secretário Geral ficará autorizado a pagar, se for necessário, as despesas dos membros da Comissão, antes que o reembolso seja efetuado pelos Estados Partes na controvérsia, de conformidade com o parágrafo 6 do presente artigo.

8. As informações obtidas e confrontadas pelo Comitê serão postas à disposição da Comissão, e a Comissão poderá solicitar aos Estados interessados qualquer informação complementar pertinente.

Artigo XIII

1. Após haver estudado a questão sob todos os seus aspectos, **a Comissão preparará e submeterá ao Presidente do Comitê um relatório com as conclusões sobre todas as questões de fato relativas à controvérsia entre as partes e as recomendações que julgar oportunas a fim de chegar a uma solução amistosa da controvérsia.**

2. **O Presidente do Comitê transmitirá o relatório da Comissão a cada um dos Estados Partes na controvérsia.** Os referidos Estados comunicarão ao Presidente do Comitê num **prazo de TRÊS MESES se aceitam ou não as recomendações** contidas no relatório da Comissão.

3. Expirado o prazo previsto no parágrafo 2º do presente artigo, o Presidente do Comitê comunicará o Relatório da Comissão e as declarações dos Estados Partes interessadas aos outros Estados Parte na Comissão.

Outro mecanismo de fiscalização instituído no âmbito da Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial são as **petições individuais**, que resta disciplinada nos dispositivos abaixo.

Destaca-se que é necessário que o Estado declare o reconhecimento do Comitê para recebimento das petições individuais. Esse reconhecimento deverá ser formalizado, podendo ser retirado a qualquer tempo.

Artigo XIV

1. Todo o Estado parte poderá **declarar a qualquer momento que reconhece a competência do Comitê** para receber e examinar **comunicações de indivíduos sob sua jurisdição** que se consideram vítimas de uma violação pelo referido Estado Parte de qualquer um dos direitos enunciados na presente Convenção. O Comitê **NÃO receberá qualquer comunicação de um Estado Parte que não houver feito tal declaração.**

2. Qualquer Estado parte que fizer uma declaração de conformidade com o parágrafo do presente artigo, poderá criar ou designar um órgão dentro de sua ordem jurídica nacional, que terá competência para receber e examinar as petições de pessoas ou grupos de pessoas sob sua jurisdição que alegarem ser vítimas de uma violação de qualquer um dos direitos enunciados na presente Convenção e que esgotaram os outros recursos locais disponíveis.

3. A **declaração** feita de conformidade com o parágrafo 1 do presente artigo e o nome de qualquer órgão criado ou designado pelo Estado Parte interessado consoante o parágrafo 2 do presente artigo será **depositado pelo Estado Parte interessado junto ao Secretário Geral das Nações Unidas** que remeterá cópias aos outros Estados Partes. A declaração **poderá ser retirada a qualquer momento mediante notificação ao Secretário Geral** mas esta retirada **NÃO prejudicará as comunicações que já estiverem sendo estudadas pelo Comitê.**

4. O órgão criado ou designado de conformidade com o parágrafo 2 do presente artigo, deverá manter um registro de petições e cópias autenticada do registro serão depositadas anualmente por canais apropriados junto ao Secretário Geral das Nações Unidas, no entendimento que o conteúdo dessas cópias não será divulgado ao público.

5. *Se não obtiver repartição satisfatória do órgão criado ou designado de conformidade com o parágrafo 2 do presente artigo, o peticionário terá o direito de **levar a questão ao Comitê dentro de SEIS MESES.***

6. a) *O Comitê levará, a título confidencial, qualquer comunicação que lhe tenha sido endereçada, ao conhecimento do Estado Parte que, pretensamente houver violado qualquer das disposições desta Convenção, mas a **identidade da pessoa ou dos grupos de pessoas não poderá ser revelada sem o consentimento expresso da referida pessoa ou grupos de pessoas.** O Comitê **NÃO** receberá comunicações anônimas.*

b) *Nos **TRÊS MESES seguintes**, o referido Estado submeterá, por escrito ao Comitê, as explicações ou recomendações que esclarecem a questão e indicará as medidas corretivas que por acaso houver adotado.*

7. a) *O Comitê examinará as comunicações, à luz de todas as informações que forem submetidas pelo Estado parte interessado e pelo peticionário. **O Comitê só examinará uma comunicação de peticionário após ter-se assegurado que este esgotou todos os recursos internos disponíveis.** Entretanto, esta regra **NÃO** se aplicará se os processos de recurso excederem prazos razoáveis.*

b) *O Comitê remeterá suas sugestões e recomendações eventuais, ao Estado Parte interessado e ao peticionário.*

8. *O Comitê incluirá em seu **relatório anual um resumo destas comunicações**, se for necessário, um resumo das explicações e declarações dos Estados Partes interessados assim como suas próprias sugestões e recomendações.*

9. *O Comitê somente terá competência para exercer as funções previstas neste artigo se pelo menos dez Estados Partes nesta Convenção estiverem obrigados por declarações feitas de conformidade com o parágrafo deste artigo.*

Vejamos os dispositivos finais da segunda parte.

Artigo XV

1. *Enquanto não forem atingidos os objetivos da resolução 1.514 (XV) da Assembleia Geral de 14 de dezembro de 1960, relativa à Declaração sobre a concessão da independência dos países e povos coloniais, as disposições da presente convenção não restringirão de maneira alguma o direito de petição concedida aos povos por outros instrumentos internacionais ou pela Organização das Nações Unidas e suas agências especializadas.*

2. a) *O Comitê constituído de conformidade com o parágrafo 1 do artigo 8 desta Convenção receberá cópia das petições provenientes dos órgãos das Nações Unidas que se encarregarem de questões diretamente relacionadas com os princípios e objetivos da presente Convenção e expressará sua opinião e formulará recomendações sobre petições recebidas quando examinar as petições recebidas dos habitantes dos territórios sob tutela ou não autônomo ou de qualquer outro território a que se aplicar a resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral, relacionadas a questões tratadas pela presente Convenção e que forem submetidas a esses órgãos.*

b) *O Comitê receberá dos órgãos competentes da Organização das Nações Unidas cópia dos relatórios sobre medidas de ordem legislativa judiciária, administrativa ou outra diretamente relacionada com os princípios e objetivos da presente Convenção que as Potências Administradoras tiverem aplicado nos territórios mencionados na alínea "a" do presente parágrafo e expressará sua opinião e fará recomendações a esses órgãos.*

3. *O Comitê incluirá em seu relatório à Assembleia um resumo das petições e relatórios que houver recebido de órgãos das Nações Unidas e as opiniões e recomendações que houver proferido sobre tais petições e relatórios.*

4. *O Comitê solicitará ao Secretário Geral das Nações Unidas qualquer informação relacionada com os objetivos da presente Convenção que este dispuser sobre os territórios mencionados no parágrafo 2 (a) do presente artigo.*

Artigo XVI

As disposições desta Convenção relativas a solução das controvérsias ou queixas serão aplicadas sem prejuízo de outros processos para solução de controvérsias e queixas no campo da discriminação previstos nos instrumentos constitutivos das Nações Unidas e suas agências especializadas, e não excluirá a possibilidade dos Estados partes recomendarem aos outros, processos para a solução de uma controvérsia de conformidade com os acordos internacionais ou especiais que os ligarem.

Parte III

Artigo XVII

1. A presente Convenção ficará **aberta à assinatura** de todo **Estado Membro da Organização das Nações Unidas** ou **membro de qualquer uma de suas agências especializadas**, de **qualquer Estado parte no Estatuto da Corte Internacional de Justiça**, assim como de **qualquer outro Estado convidado pela Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas a torna-se parte na presente Convenção**.
2. A presente Convenção ficará sujeita à ratificação e os instrumentos de **ratificação** serão **depositados junto ao Secretário Geral das Nações Unidas**.



A Convenção poderá ser assinada por:

- membros da ONU;
- membros de agência especializada em Direitos Humanos;
- Estado parte da Corte Internacional de Justiça; e
- qualquer estado convidado pela Assembleia Geral da ONU.

Artigo XVIII

1. A presente Convenção ficará aberta a adesão de qualquer Estado mencionado no parágrafo 1º do artigo 17.
2. A **adesão será efetuada pelo depósito de instrumento de adesão junto ao Secretário Geral das Nações Unidas**.

Artigo XIX

1. Esta convenção entrará em vigor no trigésimo dia após a data do depósito junto ao Secretário Geral das Nações Unidas do vigésimo sétimo instrumento de ratificação ou adesão.
2. Para cada Estado que ratificar a presente Convenção ou a ele aderir **após o depósito do vigésimo sétimo instrumento de ratificação ou adesão esta Convenção entrará em vigor no trigésimo dia após o depósito de seu instrumento de ratificação ou adesão**.

Artigo XX

1. O Secretário Geral das Nações Unidas receberá e enviará, a todos os Estados que forem ou vierem a torna-se partes desta Convenção, as **reservas** feitas pelos Estados no momento da ratificação ou adesão. Qualquer Estado que objetar a essas reservas, deverá notificar ao Secretário Geral dentro de noventa dias da data da referida comunicação, que não aceita.
2. Não será permitida uma reserva incompatível com o objeto e o escopo desta Convenção nem uma reserva cujo efeito seria a de impedir o funcionamento de qualquer dos órgãos

previstos nesta Convenção. Uma reserva será considerada incompatível ou impeditiva se a ela objetarem ao menos dois terços dos Estados partes nesta Convenção.

3. As reservas **poderão ser retiradas a qualquer momento** por uma notificação endereçada com esse objetivo ao Secretário Geral. Tal notificação surgirá efeito na data de seu recebimento.

Artigo XXI

Qualquer **Estado parte poderá denunciar esta Convenção** mediante notificação escrita endereçada ao Secretário Geral da Organização das Nações Unidas. A denúncia **surtirá efeito UM ANO após data do recebimento** da notificação pelo Secretário Geral.

Artigo XXII

Qualquer Controvérsia entre dois ou mais Estados Partes relativa à interpretação ou aplicação desta Convenção, que não for resolvida por negociações ou pelos processos previstos expressamente nesta Convenção será, pedido de qualquer das Partes na controvérsia, submetida à decisão da Corte Internacional de Justiça a não ser que os litigantes concordem em outro meio de solução.

Artigo XXIII

1. Qualquer **Estado Parte poderá formular a qualquer momento um pedido de revisão da presente Convenção**, mediante notificação escrita endereçada ao Secretário Geral das Nações Unidas.

2. A Assembleia-Geral decidirá a respeito das medidas a serem tomadas, caso for necessário, sobre o pedido.

Artigo XXIV

O Secretário Geral da Organização das Nações Unidas comunicará a todos os Estados mencionados no parágrafo 1º do artigo 17 desta Convenção.

a) as assinaturas e os depósitos de instrumentos de ratificação e de adesão de conformidade com os artigos 17 e 18;

b) a data em que a presente Convenção entrar em vigor, de conformidade com o artigo 19;

c) as comunicações e declarações recebidas de conformidade com os artigos 14, 20 e 23.

d) as denúncias feitas de conformidade com o artigo 21.

Artigo XXV

1. Esta Convenção, cujos textos em chinês, espanhol, inglês e russo são igualmente autênticos será depositada nos arquivos das Nações Unidas.

2. O Secretário Geral das Nações Unidas enviará cópias autenticadas desta Convenção a todos os Estados pertencentes a qualquer uma das categorias mencionadas no parágrafo 1º do artigo 17.

Em fé do que os abaixo assinados devidamente autorizados por seus Governos assinaram a presente Convenção que foi aberta a assinatura em Nova York a 7 de março de 1966.